

PROJETO DE LEI Nº. 36, de a de de de de 2019.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área do lote nº 05, da Qd. 17, do Loteamento Industrial II, para a Ailson de Oliveira, que busca fixar sede definitiva de sua empresa, neste Município, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Caçu, Estado de Goiás, por seus representantes aprova e eu, Prefeita, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a faze Concessão de Direito Real de Uso de Área do Loteamento Industrial II, para a pessoa de Ailson de Oliveira, portador da Cédula de Identidade nº 6454534-SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº445.758.231-04, residente e domiciliado na Av. Clarice Machado Guimarães, nº 1.080, Setor Morada dos Sonhos, CEP Nº 75.713-000, Caçu/GO, referente ao lote:

I – nº 05, da quadra nº 17, com a área de 1.866,38m² (um mil oitocentos e sessenta e seis metros e trinta e oito decímetros quadrados), com as seguintes descrições perimétricas: frente: 30,90m para a Av. Alcir Divino Guimarães; fundo: 30,90m para o lote nº 10; lateral direita: 60,25m para o lote 04; lateral esquerda: 60,55m para o lote 06, pertencente a uma área maior, objeto da matrícula nº 7.403, do Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis local.

Art. 2º. A área urbanizada objeto da presente concessão de direito real de uso, para fins legais, é avaliada em R\$37.327,20 (trinta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos) e será destinado à instalação da sede da empresa do concessionário, que tem como atividade principal serviços de serralheria em geral.

Art. 3º. A concessão de direito real de uso da área de que trata o artigo 1º desta Lei será formalizada através de contrato administrativo ou de escritura pública, mediante apresentação do cronograma de construção e desenvolvimento da atividade, devidamente instruído com os seguintes documentos:

I – comprovação de regular personalidade jurídica;

 II – última declaração de imposto de renda, para fins de comprovação da capacidade financeira e econômica;

 III – prova de quitação com a fiscalização federal, estadual, municipal, previdenciário e outros órgãos de administração pública;

IV – certidões negativas de protestos de títulos;

V – certidões de distribuição de ações judiciais da sede da empresa;

VI – planta do imóvel a ser construído;

VII – declarar, por escrito, estar de acordo com os encargos e demais condições estabelecidas nesta Lei, em especial com a legislação ambiental.

Art. 4º. A concessão de direito real de uso de que trata o artigo 1º desta Lei é pelo período de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do contrato administrativo ou





equivalente escritura pública.

Art. 5°. O concessionário assume os seguintes encargos, os quais, obrigatoriamente, deverão constar no instrumento de formalização de concessão:

 I – iniciar sua construção até 30 (trinta) dias após firmar o contrato de concessão da área e expedição do competente alvará de construção, e concluí-la no prazo improrrogável de 01 (um) ano, sob pena de tornar nula de pleno direito a concessão efetuada, sem direito a qualquer indenização e retenção de benfeitorias;

II – dar início a atividade até 30 (trinta) dias após o término da obra, sob pena de tornar nula de pleno direito a concessão efetuada, sem direito a qualquer indenização e retenção de benfeitorias;

III – utilizar o imóvel exclusivamente para o fim descrito no artigo 2º desta Lei, sob pena de tornar nula de pleno direito a concessão efetuada, sem direito a qualquer indenização e retenção de benfeitorias;

IV – a mão de obra na construção e no desenvolver da atividade, a ser empregada deverá ser de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de operários residentes neste município, exceto as funções especializadas;

V – cumprir fielmente, sob pena de rescisão do contrato de concessão de direito real de uso ou de revogação da escritura pública, as normas ambientais, tributárias, empresariais, trabalhista e outras em vigor, relacionadas ao ramo de atividade da beneficiária, e os encargos elencados no inciso VI deste artigo;

 VI – a partir da instalação da empresa do beneficiário no imóvel concedido, assumir a responsabilidade de:

a) no 1º ano de atividades, obter faturamento superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), mensais, e empregar, no mínimo, 02 (dois) funcionários;

b) no 2º ano de atividades, obter faturamento superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais), mensais, e empregar, no mínimo, 03 (quatro) funcionários;

c) no 3º ano de atividades, obter faturamento superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), mensais, e empregar, no mínimo, 04 seis) funcionários;

d) nos demais períodos da concessão de direito real de uso, a empresa terá liberdade no aumento do faturamento e geração de empregos, respeitando os valores e quantidades mínimos exigidos na alínea "c" deste inciso;

VII – o imóvel reverterá ao patrimônio municipal se a concessionária, durante o prazo de 10 (dez) anos, suspender suas atividades por mais de 06 (seis) meses, consecutivos ou não, sem direito a qualquer tipo de indenização e retenção de benfeitorias.

Parágrafo único. Constarão no instrumento de formalização da concessão, as penalidades para o caso de descumprimento parcial ou total dos encargos estabelecidos nesta Lei.

Art. 6°. A empresa deverá comprovar ao Poder Executivo Municipal, por meio de demonstrativos contábeis, relatórios trabalhistas e demais documentos pertinentes, o atendimento do previsto nos incisos V e VI do artigo 5° desta Lei.

Parágrafo único. A comprovação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser feita anualmente, enquanto durar a vigência da Concessão de Direito Real de Uso.

Art. 7º. Após 10 (dez) anos de atividade no imóvel recebido em concessão do direito real de uso, e comprovados pelo beneficiário o cumprimento dos encargos e prazos previstos no artigo 5º desta Lei e a manutenção da empresa em atividade, o Poder Executivo Municipal ficará autorizado a realizar a doação desse imóvel à empresa do concessionário, com a condição de ser mantida a sua destinação para fim





de serviços de serralheria em geral ou qualquer outro ramo da atividade prestacional.

Art. 8º. Fica dispensada a concorrência pública para os fins da presente Lei.

CaçulGO,

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA DE CAÇU, Estado de Goiás, aos dias do mês de control do ano de 2019.

Haceman

ANA CLÁUDIA LEMOS OLIVEIRA. Prefeita de Caçu/GO.



Ofício	Mensagem nº 088	/2019
--------	-----------------	-------

CAÇU/GO, of de actubro de 2019.

Assunto: JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N 36 /2019. Poder Legislativo

PROTOCOLO Nº: 0260885

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Data: 01 /10 /2019 As: 15: 30

Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Assinatura

Promovemos, à apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Área do lote nº 05, da Quadra nº 17, do Loteamento Industrial II, para a pessoa de **Ailson de Oliveira**, pessoa física, portador da Cédula de Identidade nº 6454534-SSP/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº445.758.231-04, residente e domiciliado na Av. Clarice Machado Guimarães, nº 1.080, Setor Morada dos Sonhos, CEP Nº 75.713-000, Caçu/GO.

O terreno objeto da presente concessão de direito real de uso, possui a área de 1.866,38m² (um mil oitocentos e sessenta e seis metros e trinta e oito decímetros quadrados), com as seguintes descrições perimétricas: frente: 30,90m para a Av. Alcir Divino Guimarães; fundo: 30,90m para o lote nº 10; lateral direita: 60,25m para o lote 04; lateral esquerda: 60,55m para o lote 06, pertencente a uma área maior, objeto da matrícula nº 7.403, do Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis local.

O mencionado lote foi avaliado em R\$37.327,20 (trinta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos) e será destinado à instalação da sede da empresa do concessionário, que tem como atividade principal serviços de serralheria em geral.

Aprovado que seja o presente projeto, a formalização da Concessão de Direito Real de Uso da referida área, fica condicionada à apresentação pelo concessionário da documentação da pessoa jurídica.

Sabe-se que as empresas geram empregos e são fonte de renda, oportunizando crescimento sócio econômico e cultural de toda comunidade, além de impostos que reverterão em melhoria na prestação dos serviços públicos.

Em cumprimento das normas vigentes, faz-se, inicialmente, a concessão de direito real de uso, com possibilidade de doação definitiva após consolidado o empreendimento e cumpridos os requisitos previamente estabelecidos na legislação específica.

A pessoa ora beneficiada, tem como principal atividade o serviço de serralheria em geral e apresenta um gradativo aumento na geração de empregos e de faturamento.

Mauria

Assim, objetivando fomentar e impulsionar ainda mais o crescimento da



atividade empresarial ora apresentada, em nosso Município, o Poder Executivo Municipal encaminha o presente projeto de lei e aguarda o respaldo dos nobres edis dessa Casa Legislativa na sua aprovação, visto tratar-se de matéria revestida do mais elevado interesse público.

Ainda, aproveitamos a oportunidade para renovarmos a Vossas Excelências protestos de apreço e distinta consideração.

Gabinete da Prefeita de Caçu/GO, aos oz do mês de attubro do ano de 2019.

Ana Cláudia Lemos Oliveira. Prefeita de Caçu/GO.

mound

Excelentíssimo Senhor Vereador WALTER JÚNIOR MACEDO Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Caçu GO Rua Tibúrcio Siqueira Gama, 55, Morada dos Sonhos, 75813-000, Caçu GO.

DECLARAÇÃO

Jelson	de Ole	vivo.		
m - tartain(n)	ou	sucio(a)	da	empresa,
Proprietário(a)				-
racy	er-			
ense mun	. 5205	290 constit	tuida legalmente	pelo CNPJ de
14-			localizada	na
cidade		ri.		
no Estado de _ G	QUI)			
venho através dest industrial ja exister	e solicitar junt ite dentro do n minha empres e leis vige us direitos e i	sa, mediante este p ntes estabelecidas deveres, por ser ve	Caçu/GO, a doação de u no setor industrial " pleito, comprometo-m por esta municip erdade vai esta declar	e, também a seguir alidade, cumprindo
Caçu-GO em 0	8 jul	lro	de	2019
			1.17	Livina
	(il a	- 000	

Requerimento

Eu, Ailson de Oliveira, proprietário da Empresa Caçufer, empresa constituída legalmente pela Inscrição Municipal 520290, localizada nesta cidade de Caçu, Estado de Goiás, na Avenida Clarice Machado Guimarães, nº 1080, venho através deste na pessoa de seu representante legal Sr. Ailson de Oliveira, solicitar junto ao município de Caçu – Goiás, um terreno no Setor Industrial, para que eu possa promover a edificação de minha empresa, cujo dados foram mencionados no texto acima, inicialmente estarei promovendo 5 empregos, com a possibilidade de crescimento.

Esta empresa estará realizando um investimento na ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Diante deste pleito, comprometo-me, também a seguir todas normas e leis vigentes estabelecidas por esta municipalidade, cumprindo rigorosamente meus direitos e deveres, por ser verdade vai estar declaração de intenção de investimento devidamente assinada por mim.

Por ser verdade, firmo o presente.



Caçu-Goiás, 08 de Julho de 2019.

Cusando la si.

Ailson de Oliveira

CPF: 445.758.231-04



CNPI. 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.470
Rus 2, Qd. A-37, 5/N - Jardim Golds - CEP 74805-180 - Golds - Golds
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

момено state 1594304 4 EMISSÃO GRUPO ENDERECO DA AGONCIA DE ATENDIMIENTO
AVENTOA JOAQUIN TINOTEO DE PAULA.
N. 95 SETOR CENTRAL CEP. 75860-000
QUIRINOPOLIS GO 17/09/15 Tarris Social de Energie Clérico TSEE: foi crieda pela Lei nº 10 A38, de 36 de abell de 2002. AV CLARICE MACHADO GUIMARAES, Q. S. L. D. N. 1080 B. MORADA DO SONHO CEP: 25813-000 CATA AILSON DE OLIVEIRA 1140041669

1147041669

06/10/2015

300,86

nanon i			

CLASSE INDUSTRIAL MEDIDOR 24 TIPO DE LIGAÇÃO TRIFASICO RAZÃO 3 VENCIMENTO BASE 06/10/2015 ROTA 2	4341789 3 5660
MISTORICO DE CONSUMO	r Mh

SHICK OF CONSUM	10	1-1-3h
S		FAD 36
/14		525.00
/14		467,00
/14		491,00
/15		570.0
/15		588.0
/15		356.0
/15		609.0

06/15 07/15 08/15 09/15	3
ADICIONAL BANDES	TRA VERMELHA
JUROS MORATORIA CONSLINO KWH + I	

-	ANTERIOR: APRESENTAÇÃO	12/09/2015 18/08/2015 17/09/2015 19/10/2015	
	DADOS DA MED LEITURA ATUAL LEITURA ANTER	21400	į

LEITURA ANTERIOR: NÚMERO DE DIAS FAI DIFERENÇA DE LEITUR FM: TOTAL DE CONSUMO	1,0000
MÉDIA DE CONSUM DIANO: TRIMESTRAL: ANUAL:	0 13,13 276,31 469,00
0.083610	VALOR (RS

394,00	0,083610	32,94
20,00	0,000000	1,51
20,00	0,000000	0,50
394,00	0,674900	265,91

300.86

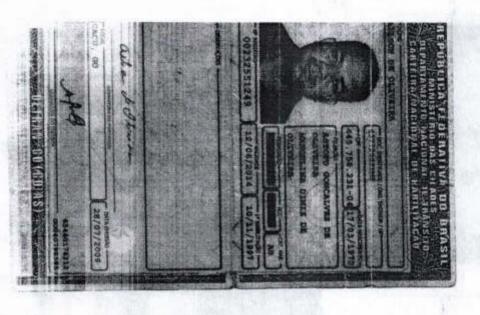
							200	200
CONJUNTO	CACHOEIRA	ALTA		HE		B.80	TRIVES 18.88 18.88	1767£
тянвитоя	ALIQUOTA	BASE CALCULO	VALOR 12,81	FIC	5.97	0,00	0.00	0,00
COFINS ICMS	4,2877% 29,00% P 0,9309%	298,85 298,85 298,85	86,66	Phil	0.9	9.6		
PIPLEM 24	a water		100/20		10 3	SOCE		

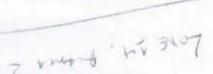
«ВSERVADO 40 РЕТО ЕЗЗ1. FB0D .D307.0876.37A3.9D31.8412.92CB PERIODO DE REFERENCIA DA APURAÇÃO DOS INDICADORES DE CONTINUIDADE = 7/2015 EUSD = R\$ 21,81800
BANDEIRA TARIFARIA - PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTE SITE DA ANEEL - WWW. ANEEL . GOV . BR

TURE VENCTOR: MES 8/2015 VALOR TOTAL 15 294.17 (DESCONSIDERED PAGE) INFORMACCES AS OF A CAMPO INFORMACCES AS OFFER EN CASO DE SUSPENSAS POR DOTS OU MAIS CITLOS P.1 RENTERRIPTOS A CELG PODERA ENCERRAR O CONTRATO (ART. 70 P.1 RENTERRIPTOS A CELG PODERA ENCERRAR O CONTRATO (ART. 70 P.1 RENTERRIPTOS A CELG PODERA ENCERRAR O CONTRATO (ART. 70 P.1 RENTERRIPTOS A CELG PODERA ENCERRAR O CONTRATO (ART. 70 P.1 RENTERRIPTOS ANEEL).

VENCIMENTO 06/10/2015 TOTAL A PAGAR 300,86

ELG CONTA 1140041669 and necessary 9/2015
336400000037 003600090479 Z757510 5751091503 011400416696











CAÇUFER

Ailson de Oliveira

(0xx) 64 656-1547

Serviços de Serralheria em Geral.

Av. Clarice Machado Guimarães, 1080 Caçu - Goiás

Válida se Emitida Até 09-04-2005

ATA DA EMISSÃO	de	de 20	- SÉRIE A 3° VIA	N_2	229
100					
QT, UNID.	MANAGEMENT PROPERTY.	ÃO DOS SERVIÇOS		P. UNITÁRIO	P. TOTAL
FICA GUIMARÁES - JOSÉ DIV Cel. Manoel Inácio nº 580	INO GUIMARĂES - C.C.I. 1022: - Fone: 656-1286 - Caçu 1, 50x3 Série A-1 de	2492-7 - C.G.C 00181536/0001 - Golds	TOTAL R	\$	問題類で



ESTADO DE GOIÁS PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - ECONÔMICO

DADOS DO ECONÔMICO

Nome / Razão Social: AILSON DE OLIVEIRA

Nome Fantasia: CAÇUFER CPF/CNPJ: 445.758.231-04

Endereço: CLARICE MACHADO GUIMARÃES, Nº1080, QD. 0000, LT0000 Bairro: MORADA DOS SONHOS Município: CAÇU-

GO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o Econômico supra citado, Não possul débitos amigável ou ajuizado , de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU, até a presente

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: QUITAÇÃO

Dados de Autenticação

Certidão Número: 00850 - 1

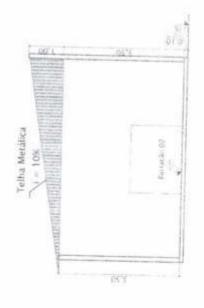
Emitido em: 13 de Agosto de 2019

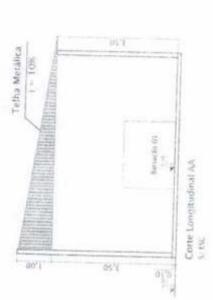
Validade: 12/09/2019

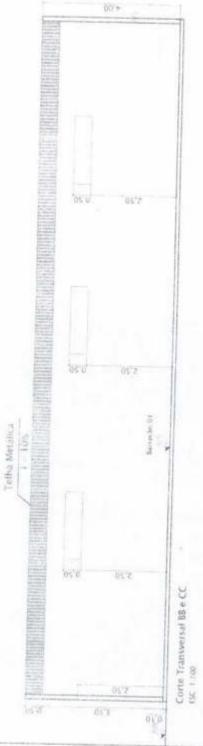
Codigo Verificador:Met4siwfwo2y

JULIANA CARVALHO GUIMARAES

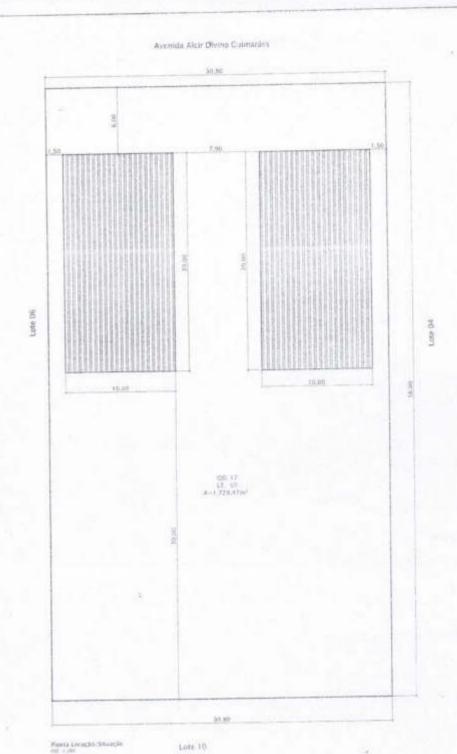




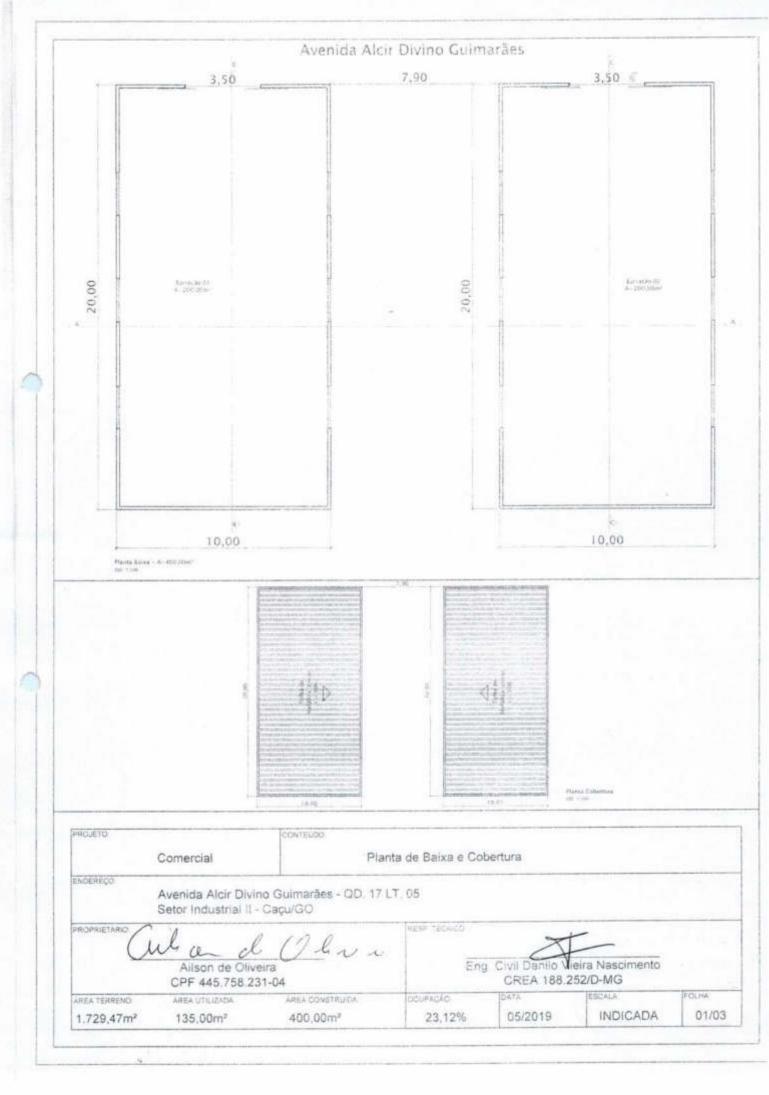








CONTEUDO PHOUETO. Planta de Locação e Situação Comercial Avenida Alcir Divino Guimarães - QD, 17 LT, 05 Setor Industrial II - Caçu/GO HESP TECNICO PROPRIETARIO Eng. Civil Paper Vieira Nascimento Ailson de Oliveira CREA 188.252/D-MG CPF 445.758.231-04 FOICH ESCALA OCLPAÇÃO AREA UTILIZADA: AREA CONSTRUICA AREA TERRENO 02/03 05/2019 INDICADA 23,12% 135,00m² 400,00m² 1.729,47m²





LAUDO DE AVALIAÇÃO 14/2019

A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, nomeada por meio do Decreto nº. 006/2018, e convocada para proceder a avaliação de imóvel urbano à Avenida Alcir Divino Guimarães antiga Avenida 13, Quadra 17, Lote - 05, St. Industrial II, Caçu-Go.

Baseado na planta de valores urbano, o metro quadrado do lote desta região vale R\$ 20,00, assim:

Lote 05 = 1.866,38m2 x 20,00RS/M2

Valor Total: R\$ 37.327,20

OBSERVAÇÃO: Na avaliação foi levado em consideração o valor de mercado e a localização do imóvel:

Caçu, Goiás, em 23 de maio de 2019.

Danilo Vieira Nascimento

Eng. Civil



MEMORIAL DESCRITIVO

SETOR INDUSTRIAL II

QUADRA: 17 LOTE: 05

ÁREA TOTAL: 1.866,38m²

FRENTE: 30,90m para a Avenida Alcir Divino Guimarães;

FUNDO: 30,90m para o Lote 10;

LATERAL DIREITA: 60,25m para o Lote 04; LATERAL ESQUERDA: 60,55m para o Lote 06.

> DANILO VIBIRA NASCIMENTO ENGENHEIRO CIVIL - CREA: 188252D-MG

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT